

**DIVERSIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: HORIZONTES DE COMPREENSÃO
PARA PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS**

***GENDER DIVERSITY AND EDUCATION: COMPREHENSION HORIZONS FOR
EMANCIPATORY PRACTICES***

João Paulo Zerbinati

Mestre em Educação Sexual (UNESP/Araraquara).

joapaulozerbinati@hotmail.com

Maria Alves de Toledo Bruns

Docente da Pós-Graduação em Psicologia (USP/Ribeirão Preto)

e da Pós-Graduação em Educação Sexual (UNESP/Araraquara).

toledobruns@uol.com

RESUMO

O desejo de transitar entre os gêneros e sexos existe na história da humanidade desde muito antes das discussões contemporâneas relacionadas à sexualidade. Em especial, no campo educacional, as pesquisas sobre gênero e diversidade sexual estão significativamente presentes e apontam para a necessidade de avanços na prática educacional. Sendo assim, este trabalho, enquanto ensaio teórico, debruçou-se no fenômeno da diversidade de gênero com o objetivo de apresentar a construção e evolução de seu conceito, refletindo o avanço científico de seu discurso e compreendendo possíveis desdobramentos teóricos e práticos pela educação. A partir do referencial teórico *queer*, compreendemos a sexualidade e a identidade de gênero como complexas expressões e possibilidades de subjetivação, que instigam a educação ao oferecimento de práticas pedagógicas emancipatórias e também diversas.

Palavras-chave: Sexualidade. Gênero. Educação Sexual.

ABSTRACT

The desire to move between genders and sexes to be present in human history long before contemporary discussions related to sexuality. In particular, in the educational field, research on gender and sexual diversity is significantly present and point to the need for advances in educational practice. This work, as a theoretical essay, has focused on the phenomenon of gender diversity. Thus, this work focused on the phenomenon of gender diversity with the aim of presenting the construction and evolution of its concept, reflecting the scientific progress of his discourse and inciting possible theoretical and practical developments by education. From queer theoretical, we understand sexuality and gender identity as complex expressions and possibilities of subjectivity, which instigate education to offering emancipatory pedagogical practices and also diverse.

Keywords: Sexuality. Gender. Sex Education.

INTRODUÇÃO

Partimos da compreensão de que, assim como destaca Louro (2000; 2004), o gênero e a sexualidade precisam ser compreendidos no âmbito da história e da cultura. Tanto o gênero quanto a sexualidade, de um modo geral, remetem às plurais maneiras de subjetivação (BRUNS, 2013), que podem ou não concordar com a idealização do gênero atribuído no nascimento, a partir do sexo biológico (JESUS, 2012). Assim, como considera Butler (2003, p. 37):

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor.

A constituição da identidade de gênero é percurso subjetivo complexo, não há um modelo específico, “normal” ou “natural”. Gênero e sexo são conceitos distintos, o que parece existir são “tecnologias precisas e sofisticadas que têm como um dos mais poderosos resultados, nas subjetividades, a crença de que a determinação das identidades está inscrita em alguma parte dos corpos” (BENTO, 2006, p. 228).

O desejo de transitar entre os papéis sociais aos gêneros, que, de alguma maneira, rompe com as normalizações ao gênero a partir do sexo biológico, está presente na história da humanidade desde muito antes das discussões modernas e contemporâneas, propondo a quebra da relação entre o gênero e o sexo biológico. A inconformidade do gênero ao sexo biológico é um aspecto humano tão antigo quanto qualquer outra expressão sexual (BRUNS; PINTO, 2003; BENTO, 2006; CECCARELLI, 2013).

A pluralidade afetiva, sexual e de gênero são fenômenos amplamente debatidos na atualidade e com diversidade de perspectivas, o que condiz com a complexidade do tema e com a própria diversidade humana. Dentre os campos do conhecimento científico que possuem pesquisas relacionadas à área do gênero e da sexualidade, a educação é uma disciplina de destaque, com significativas produções diante da crescente demanda afetivossexual (PEREIRA; MONTEIRO, 2015; ZERBINATI; BRUNS, 2017).

A necessidade de compreender e acolher a diversidade sexual no ambiente escolar parece ser global. Segundo Zaza, Kann e Barrios (2016), aproximadamente 13% dos adolescentes norte-americanos não têm definida a identidade sexual. Entretanto, mesmo a diversidade afetiva, sexual e de gênero sendo uma realidade, os adolescentes que não se enquadram na norma cisheterossexual¹ acabam sofrendo, na escola, *bullying*, intimidações e violência sexual em uma prevalência significativamente maior que os estudantes com características cisheteronormativas (DEVÍS-DEVÍS, *et al.*, 2017). Essa contínua exposição à LGBTfobia², além de prejudicar o aluno fora dos padrões sexuais hegemônicos, fere seus direitos, acarreta sofrimento psicológico, contribui para sua evasão escolar e para o distanciamento social (TAYLOR; PETER, 2011; FRANCO; CICILLINI, 2015).

A partir dessa realidade, há ainda muitas lacunas e desafios na incorporação da diversidade sexual e de gênero na prática do ensino, nos diferentes níveis de escolaridade. Gonini e Ribeiro (2015) salientam que é preciso investir tanto na sala de aula quanto na formação dos professores para a criação e manutenção de espaços para o debate científico

¹ Ao trazer o termo cisheteronormativo, a proposta é, assim como discutido por Jardim (2016), ampliar o termo heteronormatividade de modo a englobar também a cisheteronormatividade, ou seja, referir-se à determinação e naturalização de uma coerência entre o sexo de nascimento, a identidade de gênero e o desejo afetivossexual.

² LGBT é o acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

acerca da sexualidade em nível multidisciplinar, principalmente contextualizando sua história, ampliando e avançando sua compreensão enquanto elemento humano.

Nesse sentido, este trabalho, enquanto um ensaio teórico (MENEGETTI, 2011), debruçou-se sobre o fenômeno da sexualidade, em especial, da diversidade de gênero e de sua interface com a educação. Segundo Meneghetti (2011, p. 330), o ensaio permite uma maior autonomia intelectual dos autores, “a formalidade da sistematização racionalizada cede em face do movimento permanente de reflexão”. Nesse sentido, apresentamos, ao leitor, o percurso histórico e a construção conceitual acerca do gênero a partir da teoria *queer*³, para, então, adentrar o campo da educação, instigando possíveis horizontes teóricos e práticos propícios ao diálogo e à desconstrução de posturas LGBTfóbicas.

IDENTIDADE DE GÊNERO, MITOLOGIA E ANTIGUIDADE

A sexualidade obtinha um lugar de destaque na sociedade grega, ao menos no período clássico, em que dispomos de uma vasta iconografia erótica (GONINI; RIBEIRO, 2015). Desde a mitologia, já era possível encontrar a presença de sujeitos que transitavam por entre os gêneros e sexos. No substrato das relações, subjetividade e desenvolvimento humano ocidental, que é a mitologia greco-romana, havia, por exemplo, Tirésias, célebre adivinho de Tebas, que passou pela experiência de permanecer por sete anos transformado em mulher (MUCCI, 2010).

Assim como Tirésias, encontramos, na literatura greco-romana, diversas divindades com certa fluidez também quanto ao gênero, ou ainda com características andrógenas e hermafroditas. Outro exemplo é Príapo, deus da fertilidade, com registros do século III a.C.,

³ A teoria *queer*, segundo sua precursora Butler (2014), são estudos em que o gênero e a sexualidade são compreendidos para além da naturalização da cisheteronormatividade. Louro (2000) revela que a tradução para *queer* é “estranho”, “anormal”. Por meio da reflexão acerca de características como a pluralidade afetiva, sexual e de gênero, a teoria *queer* possibilita pensar a cultura, o conhecimento, a educação, de maneira a dissolver as rígidas fronteiras e normalizações sexuais para o combate à exclusão, ao preconceito e à intolerância contra toda diversidade humana (ZERBINATI; BRUNS, 2018). A perspectiva teórica *queer*, assim como as demais teorias pós-estruturalistas amparadas em Foucault (1926-1985), são referenciais amplamente utilizados no conhecimento acerca da sexualidade na interface com a educação (ZERBINATI; BRUNS, 2017).

filho de Dionísio e Afrodite, ou ainda, segundo algumas versões, filho de Zeus com Afrodite. Príapo possuía um imenso falo, desproporcional ao corpo, que era relacionado à vida, à fertilidade humana e à abundância agrícola; protetor das lavouras e dos rebanhos, assim como condutor à boa morte. Em alguns de seus registros, Príapo possui características tanto masculinas quanto femininas, brincando dentre os sexos, na tentativa de englobar a pluralidade da sexualidade e natureza humana (OLIVEIRA NETO, 2006).

Avançando os relatos históricos no Império Romano, encontramos imperadores, como César e Nero, que se travestiam ou apresentavam comportamentos e características tipicamente ligadas ao feminino, ou mesmo que se beneficiaram de algo como o que conhecemos hoje por cirurgia de redesignação sexual, casando ou dormindo com escravos com algum tipo de mudança sexual no corpo, até então de características predominantemente compreendidas como masculinas (BRUNS; PINTO, 2003; SAADEH, 2004).

Outro imperador foi Heliogabalo, que desejava a mudança do próprio sexo. Heliogabalo chegou a oferecer metade do Império Romano ao médico que pudesse realizar tal façanha, para assumir a condição de mulher após seu casamento com um escravo (BRUNS; PINTO, 2003; GREEN, 1998).

Na sociedade romana, a relação homoerótica também não era condenada, nem mesmo ocultada. Entretanto, havia uma norma em que o passivo deveria advir de estrato social inferior. O sexo era classificado por passividade e atividade, sendo o ativo aquele que comandava, ordenava. A sociedade romana foi uma sociedade que se organizava pela hierarquia e por normas sociais; o casamento, por exemplo, visava à negociação, com a finalidade de acúmulo dos bens materiais e a geração de cidadãos romanos (GONINI; RIBEIRO, 2015).

Relatos etnográficos de diferentes partes do mundo revelam que o fenômeno de mudança de sexo é um fenômeno presente em muitas culturas e povos antigos, sem nenhuma conotação pejorativa (SAADEH, 2004). A variação significativa de como se entende as questões da sexualidade e do papel social dos gêneros aconteceu, principalmente, no início do cristianismo até a Revolução Francesa. Nesse contexto, os comportamentos sexuais foram padronizados e tudo que contrariava a norma estabelecida foi considerado pecado

(FOUCAULT, 1984, 1988). Na Europa medieval, a possibilidade de mudar ou transitar por entre os sexos continuava, mas apenas enquanto lenda. Para essa mudança, seria necessária a intervenção do demônio, assim como de bruxas e feiticeiras. A sexualidade foi reduzida ao patamar da procriação e toda vivência sexual que não objetivasse a reprodução foi considerada uma ameaça à moralidade, relacionada ao profano e satânico (BRUNS; PINTO, 2003; ZERBINATI; BRUNS, 2016).

É importante destacar que as normas sociais enquadrando papéis e comportamentos aos gêneros e sexos existiam mesmo antes do cristianismo, como a norma de passividade e atividade na Grécia antiga, por exemplo. Entretanto, a partir do cristianismo, a questão passa a obter uma conotação de pecado muito bem delimitado, contribuindo para a construção de uma moral sexual (ARIÈS, 1982; GONINI; RIBEIRO, 2015).

O Império Romano implementou todo um aparato para regular a vida sexual de homens e mulheres, cidadãos e escravos, mas sempre sob a ótica social, sempre a partir do papel social atribuído a cada um. Com o advento do cristianismo, essa regulação se pautará no misticismo religioso, no pecado e na culpa (que era desconhecida anteriormente), deixando a esfera social e criando a esfera religiosa para justificar os interditos e as proibições (GONINI; RIBEIRO, 2015, p.316).

Nesse contexto, o descumprimento aos códigos divinos foi associado ao pecado, acometido de uma punição. Permitir ser seduzido pelos pecados da carne significava se aproximar do desejo e impossibilitaria o alcance de um coração divino e uma alma pura, distanciaria o homem de seu deus (BROWN, 1990; COSTA, 1998).

IDENTIDADE DE GÊNERO E MODERNIDADE

Com a Revolução Francesa e com o crescimento científico do século XVIII, houve a presença do discurso pautado no método científico cartesiano e, com isso, a divisão anatômica e fisiológica dos corpos humanos, assim como a diferenciação de homens e mulheres em

ordem biológica. Esse discurso, além de uma importância histórica e política, foi compreendido como verdade irrefutável até o século XIX (BENTO, 2006). Todo fenômeno sexual foi associado a uma etiologia médica, com um enfoque cada vez maior em seu caráter biotecnológico. Do pecado à doença, a sexualidade ganhou novos nomes e classificações nos manuais patológicos (ZERBINATI; BRUNS, 2018).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, os discursos foram se articulando às práticas de regulação dos corpos e ganharam visibilidade com o surgimento de associações internacionais organizadas para produzir conhecimento e construir diagnósticos diferenciados para gays, lésbicas, travestis, transexuais e intersexos (BENTO, 2006).

O caminho que se segue na contemporaneidade é de questionamentos, dissociando cada vez mais o termo gênero do sexo biológico, interrogando o gênero como característica individual, parte do corpo ou algo, fundamentalmente, que possa ser classificado a partir de simples elementos corpóreos, de comportamento ou desejo. Assim como considera Spizzirri; Pereira; Abdo (2014, p. 44): “tais questionamentos demonstram que a diversidade sexual se impõe neste momento histórico, o qual revoluciona o conceito de gênero, dissociando-o do biológico”.

A partir de relatos e documentos históricos, é possível observar que não há um roteiro determinado e comum aos papéis de gênero durante os diferentes períodos históricos. O que se compreende enquanto homem ou mulher parece estar relacionado, assim como apresenta Foucault (1984; 1988), a poderosos mecanismos sociais, históricos e políticos, em uma relação perversa entre poder e sexualidade, fazendo dos componentes sexuais elementos para dominação e controle social, produzindo hierarquização do poder e o que Butler (2003) chamou de heteronormatividade compulsória.

Ser homem, mulher ou qualquer outra possível categoria entre os sexos e gêneros é uma identidade complexa e ampla, definida pelo modo como o sujeito

[...] se autopercebe no decorrer de seu processo de subjetivação e identificação com os papéis e identidade de gênero – iniciados pelas e nas expectativas e idealizações de

genitores juntamente com os processos de socialização, construção de códigos sociais, modelos sociais de masculinidades e feminilidades, entre outras (BRUNS, 2013).

Nesse sentido, normalizar a sexualidade enquanto aspecto unicamente biológico ou, compulsoriamente, atribuir-lhe uma lógica cisheteronormativa é retirar “sua significação humana, estética, social, inclusive espiritual, redundando numa afirmação materialista, biologistica e reducionista” (NUNES, 2011, p.15).

EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E GÊNERO

A escola é um importante local onde as primeiras relações sociais, fora do âmbito familiar, são estabelecidas. Sendo assim, a escola tem um papel fundamental para o debate da sexualidade e do gênero, assim como das demais dimensões afetivas e sexuais. A sexualidade, no contexto escolar, deve ser compreendida de modo crítico e científico, levando em consideração os múltiplos e conflitantes discursos, assim como os interesses reguladores sexuais a partir de reducionismos estruturais, sem levar em consideração sua complexa multiplicidade (LOURO, 2000; 2007).

O ensino formal para a educação sexual foi possível a partir da década de 1980, por conta do aumento nos índices de gravidez na adolescência e dos casos de doenças sexualmente transmissíveis. Por intermédio da constatação de que a família não obtinha conhecimento sexual suficiente para orientar os filhos, houve uma abertura para a discussão adequada sobre a sexualidade na escola (FIGUEIRÓ, 2016).

Nos anos 1990, a sexualidade e o gênero passaram a habitar as práticas educacionais de modo marcante, a partir do nascimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sem polêmica e conflitos de interesses populares e políticos (CÉSAR, 2009). A educação sexual avançou enquanto campo do saber, entretanto, na contemporaneidade, enfrenta doses de resistência por parte de algumas camadas populares, principalmente por conta de interpretações religiosas equivocadas e desumanas (FIGUEIRÓ, 2016).

Grespan, Ratto e Lacerda (2016, p. 764) elegem o currículo educacional como um rico instrumento para o debate da diversidade, por ser considerado uma “prática de significado”, abrindo possibilidades para a reflexão acerca do mundo, promovendo acolhimento, “equidade de direitos e oportunidades”. Assim como propõe Dinis (2008), é preciso buscar formas curriculares que desconstruam as fronteiras de gênero e se atentem às múltiplas formas de subjetividade sexuais. Entretanto,

Só poderá tratar com ressonância no coração de jovens e adultos, sobre sentidos de ser e sexualidade, quem abdicar do dogmatismo e do ceticismo, e na sua ação prática, manifestar uma crença pujante na liberdade, na autonomia e na responsabilidade ética que nasce de nossa condição de humanidade. Isto requer que façamos a crítica do idealismo e do subjetivismo fácil, para delinear utopias concretas, ali onde elas apresentam-se com eficácia e viabilidade histórica (NUNES, 2011, p.12-13).

A literatura aponta como um desafio necessário o rompimento com modelos de compreensão imperados pela intolerância em torno da diversidade afetiva e sexual, pois levam a posturas, inclusive profissionais, inadequadas e preconceituosas na relação com sujeitos que não se enquadram na cisheteronormatividade (OLIVEIRA, 2016; ZAZA, KANN, BARRIOS, 2016; ZERBINATI; BRUNS, 2017). A religiosidade atrelada à intolerância é colocada como uma força ideológica de destaque que dificulta que temas transversais, como a diversidade sexual, sejam discutidos no âmbito educacional. A falta da educação sexual contribui para a permanência de posturas intolerantes, enrijecidas e excludentes da plural vivência humana, assim como perpetua a violência sexual e de gênero que acomete homens, mulheres, adolescentes e crianças independente de sua orientação afetivossexual ou identidade de gênero (FERNANDES, 2013; OLIVEIRA, 2016).

O resultado de ignorar a importância da sexualidade para todo contexto humano, inclusive educacional, coloca o Brasil entre um dos países mais violentos do mundo, no que tange à violência sexual e de gênero. De acordo com o relatório da Associação Nacional de

Travestis e Transexuais (ANTRA)⁴, entre janeiro e dezembro de 2017, foram 179 assassinatos de travestis, mulheres trans ou homens trans. O índice é o maior já registrado. Segundo o relatório de 2016, publicado pela ONG *Transgender Europe* (TGEu)⁵, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Ao menos, já foram 868 travestis e transexuais assassinados entre os anos de 2008 e 2016.

A violência sexual não incide unicamente sobre a população trans. Segundo a última versão do Mapa da Violência em Crianças e Adolescentes (WAISELFISZ, 2012), um total de 10.425 crianças e adolescentes foram vítimas de violência sexual em 2011. A maioria é do sexo feminino (83,2%), uma taxa de 23,8 notificações para cada 100 mil adolescentes. A violência sexual contra mulheres, no Brasil, segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), ocupou, em 2014, o terceiro lugar entre os tipos de violência mais frequentes.

A demanda sexual é ampla, abrange vivências diversas, das quais o gênero é um de seus elementos, perpassa vivências LGBTs, indo além do tocante aos discentes. Dessa maneira, é importante atentar-se também às dificuldades subjetivas dos próprios educadores e educadoras, uma vez que o contato com a temática sexual pode ser mobilizador de angústia e demandas internas projetadas pela própria história sexual, de repressão sexual, machismo, sexismo e misoginia. Caracteriza-se como fundamental a presença e ênfase da reflexão sobre a sexualidade durante a graduação e formação continuada, minimamente nas áreas da pedagogia e demais licenciaturas (MELO; FREITAS; BRASIL, 2006).

Igualmente ao olhar atento aos profissionais da educação, é preciso que a família seja trabalhada para dissolver a resistência e o preconceito que, porventura, venha a influenciar negativamente o projeto de uma educação sexual perene. É necessário argumentar e promover estratégias, na medida do possível, para uma troca e cooperação entre família e educadores.

O ideal é que os pais e educadores também se esforcem para ensinar às crianças e aos adolescentes a pensar, a refletir, ajudando-os a identificar os pontos pró e contra, as

⁴ “Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017”, disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf> . Acesso em: 10 set. 2018.

⁵ “TMM *annual report* 2016”, disponível em: <http://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf> . Acesso em: 10 set. 2018.

implicações e as consequências de cada regra social que visa a regular os comportamentos pertinentes à vida sexual. É preciso ajudar nossos adolescentes para que possam identificar, de maneira crítica, a repressão, tanto aquela que proíbe quanto a que incita a prática do sexo de maneira automatizada (FIGUEIRÓ, 2016, p.106).

Assim como destaca Bruns (2016), cabe às matrizes de sentido família e escola, minimamente, ocupar espaços, inclusive midiáticos, buscando oportunidades para o debate e a reflexão crítica das questões afetivossexuais de maior impacto social na contemporaneidade. É preciso movimento, interação e criatividade para enfrentar a realidade nem sempre acolhedora e compreensiva. O diálogo entre o conhecimento em educação sexual, família, escola, igreja, mídia e Estado, mantendo em perspectiva os mecanismos de controle sexual, são iniciativas para romper com a resistência e com o silenciamento familiar e escolar discutidos pela literatura especializada (HRUSCHKA; MAIO, 2015; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2015; SILVA, 2017).

POR UMA EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA: HORIZONTES

A partir de tais aspectos, chega-se a horizontes de compreensão que destacam o acolher da diversidade de gênero e sexo e seu desdobramento contemporâneo como aspecto revolucionário para se pensar a própria humanidade e suas relações afetivas e sexuais, desde que não recaia no erro de forjar uma pretensão mecânica e naturalizante. O que cabe é compreender, refletir criticamente e avançar de modo científico, ético e humano.

A educação sexual é instrumento para acessar categorias multidisciplinares, amplas e integrais da sexualidade, uma visão abrangente que, assim como compreendem Bruns, Grassi e França (1995, p.66), introduz diálogos abertos e francos “com nós mesmos e com os outros, para sermos mais humanos enquanto educadores”. A defesa é a de que a educação sexual esteja referida a práticas emancipatórias, na medida em que “os limites de nosso pensamento

deverão ser transcendidos em nome de outras possibilidades tanto de conhecer como de amar” (CÉSAR, 2009, p. 49).

Para Vasconcelos (1971, p.111), uma educação sexual emancipatória é:

[...] abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre suas interpretações culturais, e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e moral, que não apanha a sexualidade naquilo que lhe pode dar significado e vivência autêntica: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor.

A demanda sexual é inevitável à práxis pedagógica, assim como a qualquer outra prática que tenha na relação humana sua gênese. A interface entre a sexualidade e a educação demonstram ricas possibilidades para se discutir práticas, vivências, emoções, ideias, tabus e preconceitos, amparando e promovendo discursos múltiplos entre escola, família e sociedade.

A educação, enquanto um instrumento social de avanço humano e científico, é convidada ao rompimento e à desconstrução de práticas amparadas em paradigmas rígidos, excludentes e propositalmente cegos às demandas afetivas e sexuais. A partir dessa perspectiva, o Estado é intimado à criação e manutenção de políticas públicas educacionais que venham a oferecer e manter propostas pedagógicas acolhedoras de toda diversidade humana, ou seja, uma educação que potencialize o viver autêntico, reflexivo e construtivo.

Compreendemos o gênero enquanto uma instância sexual, subjetiva e cultural, parte da constituição humana, de relações, vínculos, profundos preceitos éticos e estéticos. Amplitude sexual que diz respeito à própria humanidade e seu desenvolvimento humano. O contexto em que a educação sexual deve atuar é, portanto, de relações, afeto, compaixão, reflexão entre a vivência pessoal e a coletiva, aspecto de inteireza humana que deve abraçar discentes, docentes, familiares, assim como toda sociedade.

Na complexa e importante relação entre a educação e a sexualidade, novas pesquisas devem ser elaboradas, a fim de melhor compreender e avaliar as dificuldades e potencialidades, assim como instigar e promover avanços teóricos e práticos para uma educação humana, íntegra, ética e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. São Paulo e a carne. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, Andre (Org.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, p. 50-53, 1982.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Silêncio! Não desperte os inocentes: sexualidade, gênero e educação sexual a partir da concepção de educadores. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.10, n. esp. n.2, p.1445-1462, 2015.

BROWN, Peter. **Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. A mídia e a adultização/erotização da infância e da adolescência. In: LEÃO, Andreza Marques de Castro Leão; MUZZETI, Luci Regina (Org.). **Perspectivas, práticas e reflexões educacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 243-263, 2016.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. Transsexuality in the interface with the gender relationships. **Jornal of Nursing UFPE on line**, v.7, n.9, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11837/14254> . Acesso em: 10 set. 2018.

BRUNS, Maria Alves de Toledo; GRASSI, Maria Virgínia. F. C.; FRANÇA, Carlos. Educação sexual numa visão mais abrangente. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v.6, n.1, 1995.

BRUNS, Maria Alves de Toledo; PINTO, Maria Jaqueline Coelho. **Vivência transexual: o corpo desvela seu drama**. Campinas, SP: Átomo, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero, **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000100249&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 10 set. 2018.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Transexualidades, coleção clínica psicanalítica**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300004 . Acesso em: 10 set. 2018.

COSTA, Jurandir Freire. Sexo e Amor em Santo Agostinho. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 133-159, 1998.

DEVÍS-DEVÍS, José; PEREIRA-GARCÍA, Sofia; VALENCIA-PERIS, Alexandra; FUENTES-MIGUEL, Jorge; LÓPEZ-CAÑADA, Elena; PÉREZ-SAMANIEGO, Víctor. Harassment Patterns and Risk Profile in Spanish Trans Persons. **Journal of Homosexuality**, v. 64, n. 2, p. 239-255, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00918369.2016.1179027>. Acesso em: 10 set. 2018.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p.477-492, maio/ago 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf> . Acesso em: 10 set. 2018.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, p. 485-492, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042013000300012&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 10 set. 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: professores não podem doutrinar, pais e mães podem? In: DESIDÉLIO, Ricardo (Org.). **Sexualidade, Educação e mídias: novos olhares, novas práticas**. Londrina: Eduel, p. 97-110, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. São Paulo: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 2, p. 325-346, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000200325&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 10 set. 2018.

GONINI, Fátima Aparecida Coelho; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade e sua construção histórica: alguns apontamentos para educadores que trabalham com educação sexual. In: JABONERO, Mariano Blanco et al. **Miradas diversas de la educación en Iberoamérica**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10017/21398> . Acesso em: 10 set. 2018.

GREEN, Richard. Mythological, historical and cross-cultural aspects of transsexualism. In: DENNY, Dallas. **Current concepts in transgender identity**. New York: Garland Publishing, 1998.

GRESPLAN, Carla Lisbôa; RATTO, Cleber Gibbon; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de. Performatividades de gêneros e de sexualidades: implicações na educação das juventudes. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8549>. Acesso em: 10 set. 2018.

HRUSCHKA, Janete; MAIO, Eliane Rose. Gênero e Diversidade Sexual: análise dos projetos políticos pedagógicos das escolas públicas estaduais de Londrina. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 78-89, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1078/380>. Acesso em: 10 set. 2018.

JARDIM, Juliana Gomes. Deveriam os estudos *queer* falar em cis-heteronormatividade? Reflexões a partir de uma pesquisa sobre performatividade de gênero nas artes marciais mistas femininas. In: **#4 Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e #2 Encontro Internacional de Estudos de Gênero**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016. Disponível em: http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467327007_ARQUIVO_Jardim_CisHeteronormatividade.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientação sobre a população transgênero: conceitos e termos**. 2. ed. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 10 set. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, Escola e Identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, p. 59-75, 2000. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833/29119>. Acesso em: 10 set. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, n. 46, p. 201-218, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46>. Acesso em: 10 set. 2018.

MELO, Sonia Maria Martins; FREITAS, Márcia de; BRASIL, Carla Sofia Dias. Uma contribuição à formação de educadores: a inserção curricular da disciplina Educação e Sexualidade no curso de pedagogia, modalidade à distância, no CEAD/UEDESC. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; FIGUEIRO, Mary Neide Damico (Org.) **Sexualidade, cultura e educação sexual: propostas para reflexão**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 197-210, 2006.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? **Revista de administração contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000200010. Acesso em: 10 set. 2018.

MUCCI, Latuf Isaias. O mito de Tirésias revisado: ética & estética na ótica do cinema. *Amaltea*. **Revista de Mitocrítica**, v. 2, p. 199-207, 2010. Disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/amaltea/revista/num2/mucci.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

NUNES, César Aparecido. Política, sexualidade e educação. **Filosofia e Educação**, v. 3, n. 2, p. 4-17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635447>. Acesso em: 10 set. 2018.

OLIVEIRA NETO, João Ângelo. **Falo no Jardim: Priapéia grega, Priapéia latina**. Campinas, SP: Ateliê, UNICAMP, 2006.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria. Diferença sexual e religiosa no currículo de ensino religioso em escolas de Recife. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 1, p. 128-142, 2016. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1396>. Acesso em: 10 set. 2018.

PEREIRA, Zilene Moreira; MONTEIRO, Simone Souza. Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências no Brasil: análise de produção científica. **Contexto & Educação**, v. 30, n. 95, p. 117-146, 2016. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3155>. Acesso em: 10 set. 2018.

SAADEH, Alexandre. **Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino**. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Psiquiatria, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-09082005-115642/es.php>. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA, Renan Antônio. Grito silenciado em arquivos e guetos: sistema educacional brasileiro e a homossexualidade. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 6, p. 8-16, 2017. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/521>. Acesso em: 10 set. 2018.

SPIZZIRRI, Giancarlo; PEREIRA, Carla Maria de Abreu; ABDO, Carmita Helena Najjar. O termo gênero e suas contextualizações. **Diagnóstico & Tratamento**, v. 19, n. 1, p. 42-44, 2014. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2014/v19n1/a3969.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

TAYLOR, Catharine; PETER, Tracey. "We are not aliens, we're people, and we have rights". Canadian human rights discourse and high school climate for LGBTQ students. **Canadian Review of Sociology**, v. 48, n. 3, p. 275-312, 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22214043>. Acesso em: 10 set. 2018.

VASCONCELOS, Naumi. **Os dogmatismos sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

ZAZA, Stephanie; KANN, Laura; BARRIOS, Lisa C. Lesbian, Gay, and Bisexual Adolescents: Population Estimate and Prevalence of Health Behaviors. **The Journal of the American Medical Association**, v. 316, n. 22, Agosto, 2016. Disponível em: <http://jama.jamanetwork.com/article.aspx?articleid=2544466>. Acesso em: 10 set. 2018.

ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Toledo. A sexualidade feminina contextualizada no filme "The Witch". **Leitura Flutuante. Revista do Centro de Estudos**

em **Semiótica e Psicanálise**, v. 8, n. 1, p. 77-80, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/28521>. Acesso em: 10 set. 2018.

ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Sexualidade e educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. **Revista Travessias**, v. 1, n. 11, p. 76-92, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/16602>. Acesso em: 10 set. 2018.

ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Transidentidade: da ruptura patologizante ao matiz da criatividade**. Curitiba: CRV, 2018.